

INCLUSÃO DOS/AS ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA/PE: OLHARES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Isaias da Silva; Isália Amara da Silva

*Universidade de Pernambuco-UPE; E-mail:isaiassilva@hotmail.com
Faculdade Vale do Piranga- FAVAPE; E-mail:isaliaamara@hotmail.com*

Resumo:

Este artigo se constitui enquanto um exercício teórico-prático reflexivo que objetiva relatar como vem sendo compreendidos e vividos os processos de inclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar, focando os trabalhos desenvolvidos no espaço – tempo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Barra de Guabiraba/PE. Nesse sentido, evidenciamos que a Inclusão Social é uma temática que vem atualmente se propagando na nossa sociedade e de forma ampla ganhando força nas discussões, nos campos do conhecimento e das políticas públicas. Assim, pensar em grupos que tiveram ao longo da história seus direitos violados, e considerados inferiores como foram/são as pessoas com deficiência é colocar em questão o tenso processo histórico de exclusão, sofrido por eles/as, por exemplo, nos espaços escolares. Nesse sentido consideramos importante que práticas inclusivas sejam desenvolvidas nos espaços escolares, corroborando assim para a inclusão das pessoas com deficiência. Nesse viés consideramos que o AEE quando desenvolve suas práticas reconhecendo as potencialidades dos/as alunos/as e em diálogo com o ensino regular, contribuem para pensarmos em uma Educação/Escola Inclusiva.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Inclusão Social; Exclusão; Práticas Inclusivas; Ensino Regular.

Introdução

A Educação Inclusiva, temática cada vez mais debatida na atualidade, engloba uma diversidade de fatores que contribui no exercício da proposta de inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar e na sociedade. Dentre os quais iremos nos aproximar das questões educacionais, como os processos de inclusão/exclusão se efetivam junto às pessoas com deficiência, desde seu acesso até sua permanência nos espaços escolares.

Desse modo, buscamos aqui construir um exercício teórico-prático reflexivo que objetiva relatar como vem sendo compreendidos e vividos os processos de inclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar, focando os trabalhos desenvolvidos no espaço – tempo do Atendimento Educacional Especializado- AEE do município de Barra de Guabiraba/PE.

Assim, partimos do princípio que tais práticas pedagógicas que se forjam no contexto do Atendimento Educacional Especializado- AEE, somam no processo de escolas/ salas inclusivas, espaços esses que

partem de uma filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é valorizada; acredita-se que tal diversidade fortaleça a turma e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem (STAINBACK, 1999, p.11).

Pensar em um processo de inclusão dos povos que foram historicamente marginalizados, não é um movimento simples e ocorre mediante à muitas lutas e reivindicações, e assim podermos construir uma educação pautada na inclusão das pessoas com deficiência é uma proposta em construção e que a sociedade necessita se mobilizar para efetivar o processo.

Enfatizamos que nessa perspectiva, torna-se necessário ir de encontro aos estereótipos que historicamente foram sendo construídos que a cerca das pessoas com deficiências como, por exemplo: “coitadinhos”, “sem perspectiva de vida”, “não são inteligentes”, “não conseguem conviver no coletivo” entre outros. Nesse viés, Coimbra (2003, p. 56) chama atenção que “a perda de um dos sentidos central não torna o indivíduo incapaz. Entretanto, torna-o imperfeito aos olhos da sociedade, por isso, sujeito a atitudes preconceituosas, eventualmente, segregacionistas ou restritivas à sua participação social”.

Desse modo, pontuamos a relevância de (re)pensar práticas pedagógicas docente-discentes que corroborem no processo de inclusão dos/as alunos/as no espaço escolar. Ação essa que necessita de um olhar sensível para o reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos de direitos, protagonistas de suas histórias e com potencialidades.

Metodologicamente este trabalho se constitui enquanto um relato das práticas que vem sendo pensadas e vividas no contexto da Educação Inclusiva das pessoas com deficiência, junto ao Atendimento Educacional Especializado- AEE. Compreendendo que a escola não se dissocia da sociedade, e que

a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares mas mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão (MITTLER, 2003, p.16).

Assim, a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços escolares é um desafio e que necessita ser pensada e materializada por todos os sujeitos que constituem os espaços de ensino. As mudanças estruturais se somam nas mudanças atitudinais /práticas para nos aproximarmos de uma educação que não exclua e sim que seja diferenciada.

Faces e interfaces Inclusão/ Exclusão de alunos/as com deficiência no espaço escolar e o Atendimento Educacional Especializado- AEE

Buscamos aqui refletir teoricamente sobre os processo de inclusão e exclusão submetido as pessoas com deficiência nos espaços escolares, bem como compreendermos o papel do Atendimento Educacional Especializado –AEE. Nesse sentido, compreendemos que os processos de inclusão e exclusão complexos e dinâmicos, constituindo-se assim em um contexto de tensões e ideologias.

A partir dessa reflexão, nos é possível pensar em um movimento de Inclusão Social das pessoas com deficiência, Sasaki (1997) ao discutir nessa perspectiva conceitua a Inclusão Social como

o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 3).

Nesse sentido, o reconhecimento das diferenças é um elemento de importante para se pensar e viver a inclusão, compreendendo que a sociedade é heterogênea, e que os sujeitos necessitam colocar-se nesse processo enquanto protagonistas desse movimento. Outro elemento a ser problematizado é a perspectiva binária entre “ser” ou “não ser” deficiente, nesse sentido, Carvalho (2010) afirma que tais perspectivas

aparecem como as únicas opções possíveis, uma contrária à outra. Mas [...] será que poderemos afirmar que ser cego é o oposto de ser vidente, que ser deficiente mental exclui a possibilidade de ter altas habilidades artísticas, por exemplo, que ser surdo é negativo de ser ouvinte e assim por diante? Eticamente, a pergunta é tão absurda quanto rotular as pessoas a partir de categorizações baseadas em comparações entre dois polos opostos, normatizadores de classificações das diferenças, desconhecendo-se os aspectos culturais, políticos, sociais, econômicos e ideológicos que as “produzem” e as mantêm. (CARVALHO, 2010 p.41).

Nesse viés, partimos da cosmovisão que antes mesmo do ser possuir alguma deficiência, ele/a é uma pessoa que possui potencialidades e marcas identitárias, assim, restringi-los/as ao termo “deficiente” é caminhar na direção da exclusão que nega suas especificidades o seu direito de ser. Nesse viés, chamamos atenção para a compreensão de Alquéres (2005, p.21) acerca da Educação

Inclusiva, quando considera que “a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter”. É nessa concepção que pretendemos conduzir nossas reflexões e pensando que somos sujeitos com especificidades que compomos a sociedade.

No contexto da Educação Inclusiva das pessoas com deficiência nos espaços escolares é necessário compreendermos que tal movimento implica

uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o *background* social. O nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003, p.34).

Comungamos com a perspectiva adotada pelo autor, pois pensar nesse processo de inclusão é reconhecer as diferenças. Nesse sentido também, chamamos atenção para os movimentos de resistências das pessoas com deficiência na conquista de seus direitos, na reivindicação a implementação de leis que possam somar na luta e conquistas de seus direitos. A Declaração de Salamanca¹ (1994), nessa perspectiva afirma que o

princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1998, p.5).

Assim, partir desse princípio para se construir uma escola inclusiva é levar em consideração as potencialidades das pessoas em meio ao contexto que se encontra e oportunizar espaços-tempos para que suas aprendizagens se concretizem. Como aporte legal, referenciamos também a Lei nº 9394/96, LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu capítulo V, referente à educação especial, visando promover as potencialidades de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Evidencia em seu artigo 59: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades”.

¹ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

No contexto de recursos educativos específicos, que visem atender as necessidades dos/as alunos/as com deficiência como esta determinada na LDB 9394/96, evidenciamos o Atendimento Educacional Especializado - AEE que no contexto da atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Assim,

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.(...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16).

Nesse mesmo sentido, pontuamos a obrigatoriedade da oferta do AEE pelas redes de ensino, em turno inverso ao que o/a aluno/a frequenta no ensino regular. Desse modo, visa somar no processo de ensino-aprendizagem e no exercício efetivo da inclusão, à medida que possibilita espaços-tempos outros de interação que dialoga com a proposta de ensino comum.

Metodologia

Metodologicamente esse artigo estrutura-se enquanto relato das práticas que vem sendo pensadas e vividas no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Barra de Guabiraba/PE. Desse modo, aqui situamos: a) município de Barra de Guabiraba/PE, b) Quadro dos/alunos com deficiência que estão matriculados na rede regular de ensino, c) Quadro de alunos/as com deficiência que atualmente estão sendo atendidos no AEE no corrente ano (2017).

As experiências aqui evidenciadas estão sendo desenvolvidas no município de Barra de Guabiraba, localizada no Agreste pernambucano. No site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, encontramos elementos históricos sobre o referente município². No início do século XX, o Senhor Manoel Lourentino dos Santos, residia no Sítio/Povoado Cabeleira, fiel à religião católica. O mesmo objetivando permanecer vivo o espírito religioso dos habitantes de Guarabira idealizou a construção de uma capela dedicada a São João, santo de preleção dos moradores do sítio.

² Informações disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/barra-de-guabiraba/historico>

Assim, para a realização daquela tarefa, a comunidade se dedicou, com afinco, realizando um trabalho coletivo. Em 1905, a construção da capela chegara ao seu término, e em torno dela já se destacava um aglomerado de casas, testemunhando o rápido crescimento da povoação. Depois da construção da capela, a população teve a feliz lembrança de construir também na frente, um cruzeiro, símbolo destacado da fé que inspirava as pessoas ali residentes. Com a rápida movimentação das pessoas que chegavam de outras áreas vizinhas e até de outras regiões, a localidade ficou conhecida pela denominação de São João da Barra.

O povoado, por se encontrar em área de terras férteis e propícias à agricultura, como a cana-de-açúcar, destinada inicialmente ao fabrico do açúcar banguê e aguardente, tornou-se um centro de atenção das populações vizinhas, em face da criação da feira livre semanal que se tornou famosa. Com o desenvolvimento das atividades agrícolas e o comércio experimentando um progresso razoável, foi suficiente para que o povoado fosse elevado à categoria de vila em 1939.

Inicialmente, o distrito chamou-se Barra, depois Itapecó e finalmente Guabiraba, até sua emancipação política. A origem do topônimo do Município de Guabiraba, segundo notas encontradas a respeito, deve-se ao fato de por ali haver passado em viagem de estudos, o historiador Mário Melo, que avistando a barra próxima a confluência do rio Sirinhaém com Bonito Grande e existindo nesse local uma frondosa Guabiraba, o historiador extasiado com o que vira, teria chamado de Barra de Guabiraba.

Atualmente o município tem a população estimada [2017] em 14.224 habitantes, com a Densidade demográfica [2010] de 111, 43 hab./km². No contexto econômico a principal fonte de renda do município centra-se no trabalho voltado para a agricultura em específico o cultivo do inhame³, indústrias de água mineral e os vínculos atrelados ao serviço público.

No que se diz respeito a elementos educacionais, o município conta com dez (10) instituições de ensino, das quais sete (07) localizam-se no território campesino e três (03) no território urbano. A rede pública municipal de educação atualmente conta com um quadro de cento e quarenta e dois (142) professores/as, dos quais cento e um (101) com vínculo efetivo, vinte e seis (26) contratados e quinze (15) readaptados. No que se refere ao quantitativo de alunos/as a rede municipal conta com aproximadamente dois mil e duzentas e onze (2.211) alunos/as matriculados/as. Nesse sentido, a partir do quantitativo de alunos/as buscamos realizar um mapeamento do quantitativo de alunos/as que possuem deficiência e estão sendo atendidos/as no município, ver no quadro a seguir:

³ Inhame (*Dioscorea spp. L.*) é o nome dado a tubérculos nutritivos muito consumidos em todo o Brasil.

Quadro do nº de Alunos/as com deficiência por faixa etária, etapas e modalidades de ensino

Faixa Etária	Etapa/Modalidade de Ensino Regular (Classe Comum)			
	Ed. Infantil		Ensino Fundamental	
	creche	Pré- Escolar	Anos Iniciais	Anos Finais
0 a 3	01			
4 a 5		02		
6 a 14			33	
15 a 17				04
18 ou +				
Total	01	02	33	04

Fonte: AEE Barra de Guabiraba/PE, 2017.

Frente aos dados apresentados a cima, evidenciamos que a Rede municipal do município de Barra de Guabiraba/PE tem matriculado atualmente quarenta (40) alunos/as com deficiência. Desse modo organizamos no próximo quadro a seguir o quantitativo de alunos/as que atualmente estão sendo atendidos pelo AEE, com a intenção de nos possibilitar identificar e caracterizar os tipos de deficiências que são assistidos na Sala de Recursos Multifuncionais. Ver a seguir:

Quadro de Aluno AEE por categoria/Censo etapas e modalidades de ensino

Categoria Censo Escolar	Nº Alunos AEE	Etapa/Modalidade de Ensino Regular (Classe Comum)			
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental	
		creche	Pré- Escolar	Anos Iniciais	Anos Finais
Def. Auditiva	03			x	x
Def. Visual	01	x			
Def. Intelectual	25				
Def. Múltipla	01			x	
Autismo	04			x	
Total	34				

Fonte: AEE Barra de Guabiraba/PE, 2017.

No quadro apresentado anteriormente nos foi possível caracterizar que o AEE realiza o atendimento de trinta e quatro (34) alunos/as, dos quarenta (40) que constituem a rede municipal atualmente. Nesse sentido, chamamos atenção para a importância da relação dos trabalhos realizados na Sala de Recursos Multifuncionais com a família a cerca do processo de inclusão. Evidenciando assim, a importância do diálogo

Ações/práticas que vem sendo desenvolvidas pelo Atendimento Educacional Especializado-AEE no município de Barra de Guabiraba/PE

Nessa seção buscamos apresentar as ações/práticas que vem sendo desenvolvidas no contexto do Atendimento Educacional Especializado – AEE no município de Barra de Guabiraba/PE. Desse modo pontuamos que o referido atendimento realizado na sala de Recursos Multifuncionais não substitui o espaço da sala de aula do ensino regular e não tem como objetivo de tornar-se uma sala de reforço. Compreendemos assim, o AEE enquanto um agente que contribui para o processo de escolarização, focalizando as potencialidades dos alunos/as com deficiências, produzindo materiais didáticos e pedagógicos de acordo com a necessidade apresentada pelo/a aluno/a.

Desse modo, evidenciamos que as ações/práticas que vêm sendo desenvolvidas no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais de Barra de Guabiraba estão sendo sistematizadas em diálogo com as demandas e realidade do ensino regular dos/as alunos/as. Nesse viés fomos ao longo de nossos trabalhos estruturando pilares que nortearam nossas ações/práticas, aqui chamadas de Área do conhecimento. Ver a seguir:



Fonte: AEE Barra de Guabiraba/PE, 2017.

A partir das áreas do conhecimento: a) Socialização, b) Autonomia, c) Desenvolvimento Motor, d) Cognição e d) Comunicação, estruturamos nossas ações nos atendimentos do AEE- Barra de Guabiraba-PE, levando em consideração as especificidades de cada aluno/a, os enxergando enquanto sujeitos plenos capazes de aprender. Assim, consideramos que o espaço escola necessita se constituir enquanto espaço-tempo inclusivo, pois

a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sócio-cultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAN, 2003, p.53).

Nesse sentido, pontuamos que pensar em uma escola inclusiva é enxergar na mesma uma possibilidade de acesso a inclusão à medida que as ações/práticas são materializadas em diálogo com o contexto e os sujeitos que as constituem. O uso de trabalhos lúdicos permeiam nossas ações, pois consideramos que “é na interação com as atividades que envolvem simbologia e brinquedos que o educando aprende a agir numa esfera cognitiva” (VYGOTSKY, 1984, p. 27).

A partir das nossas práticas estruturamos um roteiro de atividades que nos subsidiaram sistematizar as ações/práticas que estão sendo materializadas no contexto do AEE- Barra de Guabiraba/PE. Ver a Seguir:

Roteiro de atividades	
Data:	Profissional:
Aluno (a):	Deficiência:
Habilidade(s) trabalhada(s):	
Objetivo(s):	
Metodologia:	
Recursos utilizados:	
Avaliação (Resultados esperados):	

Fonte: AEE Barra de Guabiraba/PE, 2017.

A partir desse roteiro nos é possível acompanhar as ações e bem como os processos evolutivos dos trabalhos com os/as alunos/as com deficiência. Desse modo, viabilizando condições para (re)avaliar cotidianamente nossas práticas docentes-discentes que corroborem no processo de ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

A Partir dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Município de Barra de Guabiraba/PE é possível considerarmos que: a) a relação entre AEE e Ensino regular faz-se fundante, pois buscam considerar as potencialidades de cada aluno/a os enxergando enquanto sujeitos produtores de conhecimentos; e b) a inclusão das pessoas com deficiência é uma ação coletiva que pautasse no reconhecimento das diferenças e o AEE quando sistematiza suas práticas levando em consideração as especificidades dos sujeitos, caminha no processo de inclusão.

Nesse sentido, pontuamos que práticas pedagógicas que são desenvolvidas no espaço-tempo das Salas de Recursos Multifuncionais quando visam o desenvolvimento dos alunos/as com deficiência e sua inclusão no espaço escolar, soma força no processo de “reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades”. (SERRA, 2008, p. 33).

Assim, concluímos que práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE são de suma relevância enquanto estratégia que visa à inclusão das pessoas com deficiência, pois possibilitam termos um olhar outro para os processos de desenvolvimento social, cultural e cognitivo dos/as alunos/as. Dessa forma a inclusão se materializa quando buscamos considerar que o outro se constitui enquanto produtores de conhecimentos, a partir de suas especificidades.

Referências:

ALQUERÉS, Hubert. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso ?**- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paul: AshokaBrasil,2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 7ed, 2010.

COIMBRA, Ivanê Dantas. **A Inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**- Salvador: EDUFBA, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. (Col. Cotidiano Escolar).

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo um mundo para TODOS**. Coleção Inclusão. WVA. Rio de Janeiro, 1997.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: Santos, Mônica Pereira; Moreira, Marcos. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STAINBACK, Susan e Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: editora Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994**. UNESCO, 1998.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.